

UMA ADEÇÃO À UNIÃO NACIONAL

Publicamos a seguir, com o maior prazer, e dando-lhe o lugar de destaque que justamente lhe pertence, uma carta do antigo militante operário sr. Carlos Rates, aderindo à União Nacional.

É um documento notável, criterioso, revelando coragem moral, cultura filosófica e histórica, que lhe permitiram esta admirável meditação sobre a vida política dos nossos tempos. Nela, os homens e os factos são colocados nos seus justos termos e lugares. O seu autor, vindo do povo, conhece as necessidades do mesmo povo que a Ditadura tem procurado servir e atender através as dificuldades da situação financeira e económica encontradas pelo 28 de Maio.

Assim, a adesão do sr. Carlos Rates à União Nacional é duplamente valiosa.

...Sr. dr. Garcia Pulido. — Meu prezado amigo:—Um encontro fortuito com v. levou-nos à troca de impressões sobre o manifesto da Coligação Republicano-Socialista. Expostos os meus pontos de vista doutrinários disse v. que eles cabiam perfeitamente dentro da directriz traçada pela União Nacional. Por meu turno afirmei que tendo seguido os discursos do sr. dr. Oliveira Salazar, que encerram doutrinação, me parecia não existir contradição mas antes coincidência de critério filosófico. Daí eu manifestar o desejo de colaborar politicamente no *Diário da Manhã*, o que v. prontamente aceitou.

cação do trabalho nacional; nem conseguiu atenuar, em proporções visíveis, o índice vergonhoso do analfabetismo, preferindo aplicar-se ao desenvolvimento do ensino universitário, o que aumenta a perturbação interna, visto que, não correspondendo êsse desenvolvimento ao das actividades nacionais, a 'plétora dos bachareis é inevitavelmente lançada na conquista do emprêgo público ou no parasitismo; nem conseguiu, em matéria de moralidade politica, abolir a *ignobil porcaria* que é a lista incompleta para a representação das minorias; nem conseguiu arredar o cacique, que continuou a fabricar o deputado; nem conseguiu eliminar o rotativismo, pois criou o mal maior ainda do exclusivismo do Poder por um só partido, que negava o direito de existência às pequenas correntes de opinião.

O que os partidos não souberam fazer é necessário que o façam outros. E será esta a obra da União Nacional, assim julgo. Aceito pois as responsabilidades da filiação e com ela as da Ditadura. Mas permito-me opôr reparos, simplesmente no intuito de melhorar a nossa posição. Ei-los:

1.º—As relações da Ditadura com o proletariado organizado estão colocadas em mau terreno. Não se deve procurar uma adesão do proletariado organizado à Ditadura, impraticável e inconveniente às duas partes. Mas deve e pode evitar-se uma situação de hostilidade latente. A Ditadura tem os seus inimigos naturais, os velhos partidos políticos. E esses lhe bastam. Tudo o que não seja acatar a autonomia do movimento sindical é lançar o

Os meus artigos, *O Manifesto, O Individuo ou o grupo?, Situações claras, etc.*, não desagradaram aos elementos componentes da União Nacional. Mas eu não sou um simples doutrinário. O que pretendo, sobretudo, é realizar; logicamente, vista a concordância de ideias, impunha-se a minha filiação.

Não é, porém, de ânimo leve que um homem, com as minhas responsabilidades dá um tal passo. Se não devo obediência a qualquer partido ou seita, posto que não tenho filiação, devo-a à minha consciencia de pensador. Não foi pois sem a consultar que resolvi sujeitar-me à transição a que me obriga a filiação na União Nacional. Digo transição e não abdicação, porque eu não abduco nem posso abdicar, porquanto estou convencido, intimamente, profundamente, de que o desfecho da crise geral que estamos vendo e sentindo se assinalará pela ruptura do sistema vigente nos seus aspectos político, da produção, da distribuição, da cultura, etc.

Eu não devo enganar ninguém; tampouco devo ser enganado.

Para mim não há formulas sociais definitivas. A vida social não é mais do que o reflexo da própria vida animal. *A vida é a morte, porque tudo quanto nasce é acompanhado de gasto e de destruição*—já o dissera Cláudio Bernard, com um grande vigor de lógica. Assim pois, os sistemas sociais nascem para a realização duma determinada missão histórica, finda a qual têm de ceder o lugar a outros que assegurem o funcionamento da vida social em bases novas. Acreditar que há sistemas sociais perfeitos e definitivos, é admitir a paragem da evolução, é predicar a estagnação da própria vida. Que outros que não eu, estudioso da História e da Filosofia, cometam esse erro.

No caso presente não se trata duma mudança de sistema. A República foi chamada a resolver problemas de ordem económica, cultural e de moralidade administrativa. Não cumpriu ainda a sua missão histórica. Nem conseguiu melhorar o baixo nível dos salários operários por uma intensifi-

proclamado nos braços dos partidos. Este pode ser o ponto fraco da Ditadura. De resto, se se quere vivificar o Estado pela transfusão de sangue do corporativismo não faz sentido que não dêmos alentos novos aos sindicatos. Tudo isto considerando a função do Estado, de neutralidade perante os interesses particulares das classes;

2.º—Se acho acertada a convocação dos colégios eleitorais para a normalização de vida das Juntas de Freguezia e Municipios, afim de keatar a tradição municipalista, outro esteio do Estado novo, não oculto a minha descrença em relação à eficiencia de trabalho dum Parlamento, mesmo com uma maioria considerável da União Nacional. Por mim julgo mais pratico e proveitoso ao país a declaração terminante de que o período de transição revolucionária continua, até que nos diversos departamentos do Estado se realize um trabalho de saneamento semelhante ao que se fez no Ministério das Finanças e que traduza uma maior actividade da nossa economia.

3.º Finalmente, a Ditadura não deve ceder o campo sem lançar as bases duma Democracia estavel, pela adopção da representação proporcional, pela regularização das incompatibilidades politicas e das responsabilidades ministeriais, pela actualização dos direitos de associação e de reunião, pela criação duma Liga de Extinção do Analfabetismo e das Faculdades Operárias, etc.

Depois, a normalidade constitucional e não há que admirar que eu retome a minha liberdade.

Sem outros motivos, queira promover a minha inscrição na União Nacional. De V., etc.—Carlos Rates

~~~~~